

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

CHAGAS, Carlos. *Carlos Chagas II (depoimento, 2006)*. Rio de Janeiro, CPDOC/SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, 2010.

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre CPDOC/FGV e SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

CARLOS CHAGAS II
(depoimento, 2006)

Ficha Técnica

tipo de entrevista: história de vida

entrevistador(es): Angela Moreira Domingues da Silva

levantamento de dados: Angela Moreira Domingues da Silva

pesquisa e elaboração do roteiro: Angela Moreira Domingues da Silva

técnico de gravação: Marco Dreer Buarque

local: Brasília - DF - Brasil

data: 23/10/2006

duração: 1h 57min

páginas: 27

Entrevista realizada no contexto do projeto "200 Anos de Justiça Militar", na vigência com o contrato entre o CPDOC/FGV e o Superior Tribunal Militar - STM, entre dezembro de 2004 e dezembro de 2006. O projeto visa à elaboração dos originais de um livro sobre a história do Superior Tribunal Militar, tendo como objetivo marcar os 200 anos da Justiça Militar no Brasil.

Temas: Ato Institucional, 1 (1964), Ato Institucional, 5 (1968), Augusto Rademaker, Carlos Medeiros, Conselho de Segurança Nacional, Constituição federal (1937), Constituição federal (1967), Costa e Silva, Ditadura, Emílio Garrastazu Médici, Francisco Campos, Francisco Melo, Governo Costa e Silva (1967-1969), Governos militares (1964-1985), João Dutra de Castilho, Jornal O Estado de São Paulo, Lei de imprensa, Lei de segurança nacional, Luiz Antônio da Gama Silva, O Globo, Pedro Aleixo, Pena de morte, Ranieri Mazzili, Regime militar

Sumário

Entrevista: 23.10.2006

Fita 1-A: Sobre nomeação para o cargo de assessor de Imprensa do presidente Artur da Costa e Silva, em maio de 1969; sobre posicionamento do presidente Costa e Silva com relação ao Ato Institucional nº. 5, de 13 de dezembro de 1968; comentário sobre pressão política exercida sobre Costa e Silva por militares radicais, contrários à abertura política; sobre projeto de Costa e Silva para revogar o AI-5 e reabrir o Congresso Nacional; sobre trombose cerebral sofrida por Costa e Silva; sobre posicionamento dos ministros militares para o vice-presidente da República, Pedro Aleixo, não assumir a Presidência da República diante do impedimento de Costa e Silva; sobre edição do Ato Institucional nº. 12, em 1º de setembro de 1969, nomeando uma Junta Militar, composta pelos três ministros militares;¹ impressões sobre comportamento político de organizações de esquerda e de direita; sobre o sequestro do embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick, em 1969;² sobre a edição dos Atos Institucionais nº. 13 e 14, em setembro de 1969, restabelecendo a prisão perpétua, o banimento e a pena de morte para crimes contra a segurança nacional; considerações acerca do papel e da influência do Conselho de Segurança Nacional no governo Costa e Silva; sobre projeto de emenda constitucional elaborado por Pedro Aleixo, em 1969; sobre importância do Gabinete Militar da Presidência da República durante o governo do presidente Costa e Silva; sobre eleição do general Emílio Garrastazu Médici para a Presidência da República (1969-1974); sobre atuação do jurista João Leitão de Abreu no projeto de revisão constitucional, em 1969; comentários sobre reportagens que publicou comparando o projeto de reforma constitucional elaborado por Costa e Silva e pela Junta Militar; sobre pedido de exoneração do cargo de assessor de imprensa após a eleição do presidente Médici; retorno ao jornal *O Globo*; sobre elaboração do livro *113 dias de angústia: impedimento e morte de um presidente*;³ relato sobre Inquérito Policial Militar (IPM) a que foi submetido e sobre processos aos quais respondeu com base na Lei de Segurança Nacional; sobre menções à Justiça Militar nos projetos de emenda constitucional; sobre início do trabalho no jornal *O Estado de São Paulo*, em 1972; identificação de militares que estavam descontentes com a permanência da Junta Militar na Presidência da República; impressões sobre a atuação política de Luis Antônio da Gama e Silva;⁴ comentários sobre reportagem da revista *Veja*, sobre o restabelecimento da pena de morte; impressões sobre a atuação política dos juristas Carlos Medeiros e Francisco Campos; sobre elaboração do Ato Institucional nº. 1, editado pelo Comando Supremo da Revolução, em 1964; sobre projeto do presidente Humberto de Alencar Castelo Branco de elaboração da Constituição de 1967 e reações no Congresso Nacional; sobre situação na qual soube do sequestro do embaixador dos Estados Unidos e sobre reação da Junta Militar; impressões sobre exigências feitas pelos seqüestradores para libertarem o embaixador; sobre o papel da Assessoria Especial de Relações Públicas durante o governo da Junta Militar; suposições sobre o motivo do restabelecimento da pena de morte, em 1969; sobre casos nos quais os réus foram condenados à pena de morte pela Justiça Militar, em 1971; sobre vínculo entre o restabelecimento da pena de morte e a crise sucessória para a Presidência da República,

¹ Aurélio de Lira Tavares (Exército), Augusto Hamann Rademaker Grunewald (Marinha) e Márcio de Souza e Mello (Aeronáutica).

² O embaixador foi seqüestrado em 4 de setembro de 1969, no Rio de Janeiro, por integrantes das organizações de esquerda Ação Libertadora Nacional (ALN) e Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

³ CHAGAS, Carlos. *113 dias de angústia: impedimento e morte de um presidente*. 2ª ed., Porto Alegre: L&PM, 1979.

⁴ Ministro da Justiça em 1964 e entre 1967 e 1969.

em 1969; sobre inquietações de oficiais na Vila Militar, no Rio de Janeiro, em decorrência das libertações de presos políticos após o sequestro do embaixador dos Estados Unidos; impressões sobre a Lei de Imprensa publicada em 1967; avaliação política sobre os governos militares; sobre reportagens do jornalista Emiliano Castor, contra-argumentando reportagens escritas por Chagas; sobre atividade profissional dos articulistas de jornais durante o período de censura imposta pela ditadura militar; impressões sobre a atuação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no período da ditadura militar.

Entrevistado: Carlos Chagas
Local: Brasília – DF
Entrevistadora: Angela Moreira Domingues da Silva
Projeto: 200 anos de Justiça Militar
Transcrição: Maria Izabel Cruz Bitar
Data da transcrição: 21 de maio de 2010
Conferência de fidelidade: Angela Moreira Domingues da Silva
Data da conferência: 12.06.2010

Entrevista: 23 de outubro de 2006

A.S. – Você poderia começar falando como foi a sua experiência ao assumir a Assessoria de Imprensa do presidente Costa e Silva?

C.C. – Posso. Eu era editor político d’*O Globo* lá no Rio de Janeiro, nunca tinha pensado em mudar para Brasília e sair do mar. Mas veio o AI-5,⁵ foi aquela coisa execrável, horrorosa, começou a haver censura à imprensa, e o presidente Costa e Silva, que, antes do AI-5, conversava com alguns jornalistas com frequência, chamava para conversar informalmente... Como o Castelo Branco também chamava. Não vamos tentar mostrar que os generais presidentes eram lobisomens, não. Eles chamavam para conversar. Você não tinha que concordar com eles, mas o seu papel de jornalista era registrar o que eles pensavam, o que eles falavam. Muito bem. Veio o AI-5 e o Costa e Silva nunca mais chamou ninguém, aqueles jornalistas políticos lá do Rio e de São Paulo. Tudo bem. Um belo dia, uma sexta-feira, já em maio de 1969 – portanto, meses depois do AI-5 –, eu estou lá n’*O Globo* e um auxiliar, um oficial-de-gabinete do Costa e Silva, me chama e diz: “O presidente está aqui no Palácio Laranjeiras e quer conversar”. Eu digo: “Puxa! Até que enfim o homem resolveu conversar de novo. Vamos ver o que é. Ele virou um ditador do AI-5, mas quer conversar, e o nosso papel é conversar”. Fui lá. Cheguei no Palácio Laranjeiras já umas seis horas da tarde, tendo dito ao secretário de redação d’*O Globo*: “Não fecha a página, não, porque pode ter novidade. O presidente chamou para conversar”. Chego lá na antessala, não tem ninguém, só eu. “Cheguei antecipado talvez?” De repente, o oficial-de-gabinete diz: “O presidente está te chamando”. Eu digo: “Uai! Mas cadê os outros?!”. Eram três, quatro jornalistas que conversavam. Ele disse: “Os outros não vêm; é só você”. E eu entrei, sem saber, e o presidente começa a falar sobre a conjuntura e diz, entre outras coisas importantes, que ele não passaria à História como mais um general que simplesmente golpeou as instituições, que ele ia acabar com o AI-5, que ele ia dar os primeiros passos no sentido da abertura política. Porque ele tinha dado um retrocesso. Ninguém livra ele desse erro. Mas ele... Então, ele começou a falar e eu comecei a arregalar o olho. E naquele tempo não havia gravador. O jornalista treinava a memória, é claro. Nem anotava nada, porque anotar faz... assusta o entrevistado. Então eu comecei a arregalar o olho e a gravar aquilo tudo na cabeça. E o velho, que era um velho esperto – ele não tinha grande cultura, mas tinha uma intuição muito grande –, ele olhou para mim e disse: “É, estou te falando isso tudo, mas você não vai publicar isso hoje, não”. Eu digo: “Ah, presidente, mas como?! Isso é uma coisa muito bonita, o senhor vai acabar com o AI-5 e tudo”. Ele disse: “Não, não”. E ele me disse que ia convocar uma comissão de juristas para fazer um anteprojeto de reforma da Constituição e que, depois de discutir aquilo, ele e o Pedro Aleixo, o vice-presidente, iriam reabrir o Congresso – o Congresso estava em recesso, fechado ditatorialmente –, iriam reabrir e

⁵ Ato Institucional n.º 5, decretado em 13 de dezembro de 1968.

mandar para o Congresso esse anteprojeto. E eu fiquei na maior felicidade e disse: “Quero a notícia!”. Jornalista se corrompe com notícia. E eu disse: “Mas presidente, vamos publicar isso”. Ele disse: “Não, não. Você não vai publicar nada hoje. Eu te chamei aqui porque você é conhecido pelos políticos, é respeitado e eu quero te chamar para vir ser o meu secretário de Imprensa, o meu porta-voz, para dar essas notícias aos poucos, não de repente, porque isso vai assustar os radicais”. Era uma sexta-feira. Aí ele disse: “E não precisa resolver agora, não. Volta aqui na segunda e me diz se você aceita ou não”. E eu passei o pior fim de semana da minha vida. Eu tinha duas filhas pequenininhas, morava no Rio, minha mulher no Rio e tudo, estava n’*O Globo*... Aí o que acontece? Segunda-feira, depois de sofrer um bocado, segunda-feira eu fui lá de manhã, no Palácio Laranjeiras, e disse: “Presidente, eu aceito”. E nunca me arrependi disso, pelo contrário. Se era para colaborar para abrir, para o país acabar com o AI-5 e para voltar a liberdade de imprensa e tudo... Aí foi muito engraçado, porque ele disse: “Ah, você aceita? Então está bem. Lavra aí o ato, Rondon Pacheco”,⁶ que era o chefe da Casa Civil, “lavra aí o ato, o Carlos Chagas é o novo secretário de Imprensa. Agora vamos embora para Brasília comigo. O avião está saindo já”. E eu vim para Brasília com a roupa do corpo. Vim para Brasília, e aqui fiquei vários meses, e sempre dando notícias lentas, devagar, da reabertura política. Só que a pressão em cima do Costa e Silva era imensa, era violenta, daqueles radicais que não queriam a abertura, e ele... Essa explicação não é minha; é do maior neurologista do país naquela época, o dr. [Abraham] Ackerman. Só que, na cabeça do velho, estabeleceu-se um curto-circuito. Ele era presidente da República por causa dos radicais. Ele nunca foi eleito presidente. Ele foi imposto presidente pelos generais radicais: “É esse aí”. E ao mesmo tempo, ele estava contra os generais radicais, porque não queria passar à História como ditador. Então, quando estava tudo pronto, ele foi para frente, a reunião de juristas aconteceu, durou semanas, chegou-se a uma reforma da Constituição, ele estava pronto para reabrir o Congresso no dia 7... Isso aconteceu em final de maio, quando ele me convidou. Em setembro... Em final de agosto estava tudo pronto: data marcada para reabrir o Congresso, para extinguir o AI-5, para acabar com a ditadura declarada. Era ditadura ainda, mas era menos. Então, quando estava tudo pronto, o Costa e Silva começa a ter os primeiros sinais da trombose cerebral: começa a perder a voz durante 30 segundos, a perder os movimentos, a perder a memória. Mesmo assim, ele vai para o Rio, porque estava marcado, em 7 de setembro, a abertura do Congresso e o fim do AI-5.

A.S. – Em data emblemática, não é?

C.C. – Data emblemática. Ele escolheu isso. Mas quando é a 28 e 29 de agosto, aqui em Brasília, ele cai sem voz e sem movimentos. Ele vai para o Rio mesmo assim. Ele faz questão – ele ainda estava lúcido –, faz questão de ir para o Rio. Chega no Rio – viajando de avião, aquelas descompensações, um negócio que fez um mal terrível para ele –, chega no Rio e vai para o Palácio Laranjeiras já com meio rosto paralisado, meio braço paralisado, mas chega no... E ninguém sabia disso. Todo mundo me dizia: “Não, o presidente está resfriado”. Aí eu imaginei que ele estava resfriado. Não era. Ele vai para os aposentos dele lá no Palácio Laranjeiras, e lá no Laranjeiras... Ele já tinha perdido a voz, perdido os movimentos, mas ainda estava lúcido. Então, por gestos, ele pede a um oficial-de-gabinete, a um ajudante-de-ordens aliás, militar, que traga para ele uma folha de papel e caneta, e ele, ainda sentado lá na mesa dele de trabalho, mas já... ele então pega a caneta e tenta assinar o nome na folha de papel e o comando do cérebro já não chega mais na ponta da mão. Então, em vez de... Com a mão boa, porque a outra estava ruim já. Em vez de assinar Artur da Costa e Silva, ele assina A. Silva, Co Silva. E tenta várias vezes e não consegue, a caneta cai no chão e ele começa a chorar convulsivamente. Começa a chorar e daí a 15 minutos estava em estado de coma. Quer dizer, a

⁶ Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, de 1967 a 1969.

trombose tinha se caracterizado, naquele momento. Muito bem. Meses depois, quando ele melhorou e tudo... Ele já entendia tudo. Só não falava. O aparelho receptor dele, o aparelho de rádio receptor do cérebro estava bom, ele entendia tudo que se falava em volta, mas o aparelho transmissor estava em curto-circuito: ele não conseguia falar. Então, um belo dia, aquele mesmo ajudante-de-ordens pergunta a ele: “Presidente, o senhor lembra aquele dia que o senhor adoeceu?”, e ele balança com a cabeça. “O senhor queria fazer uma fezinha nos cavalos?”, porque ele jogava muito no Jockey. Ele balança negativamente a cabeça. “Era algum pagamento?” Ele estava comprando um apartamento. “Era algum pagamento da prestação?” Ele balança a cabeça. “Era algum bilhete para alguém?” Ele balança a cabeça. Aí o rapaz pergunta: “O senhor queria assinar o fim do AI-5 e a reabertura do Congresso?”. Ele concorda e começa a chorar convulsivamente. Parece que chorar é uma característica do derrame. Mas aí, pouco depois ele morreu. Bom, o que aconteceu quando ele ficou doente? Naquela sexta-feira que ele ficou de cama, já sem poder falar nem nada, o que era para acontecer? Era para... O presidente da República está impossibilitado? Está. Isso acontece. É para assumir o vice-presidente da República. E o vice-presidente da República era o deputado Pedro Aleixo, um liberal de Minas Gerais. Ele apoiou a revolução, o golpe e aquilo tudo, mas era um liberal. Ele é que tinha que ter assumido o poder. Só que ele era o grande inspirador do Costa e Silva para acabar com o AI-5. Ele foi a única voz no ministério que ficou contra o AI-5, que disse: “Não. Vamos decretar o estado de sítio, mas não o AI-5. O AI-5 é ditadura, é volta à ditadura”. Ele foi derrotado lá. Então, por causa disso, os três ministros militares dizem: “Ah, não, o dr. Pedro não pode assumir, ele é contra o AI-5”. “Bom, mas o Costa e Silva também é.” “Ah, o Costa e Silva pode. Ele não pode; ele é civil.” Prendem o Pedro Aleixo. Mandam um avião a Brasília buscar o Pedro Aleixo e o Pedro Aleixo é preso e eles assumem o poder, a Junta Militar,⁷ e aí começa um regime de horror total: eles começam a baixar atos institucionais, desmentindo... dizendo que o Costa e Silva os tinha autorizado a ficar no poder, quando não era verdade, e dizendo que eles é que estavam contra a subversão, porque a subversão estava tomando conta do país... Bom, aí tem o seguinte: nada mais burro, nada mais idiota do que um radical de direita e do que um radical de esquerda. É a mesma coisa. Vamos falar com franqueza: é a mesma coisa. Então, enquanto a extrema direita botava a pata em cima do país e dizia “o vice-presidente não toma posse, agora é a Junta Militar”, enquanto a direita fazia isso, a esquerda radical – não a esquerda normal a qual todos pertencemos, mas a esquerda radical – resolve fazer aquilo que jamais havia feito no mundo desde 1648. O que aconteceu em 1648? A Paz de Vestfália, que acabou com a Guerra dos Trinta Anos, entre a França e a Alemanha. E a Paz de Vestfália, fizeram lá uma série de artigos, e um deles era de que os embaixadores dos países, mesmo litigantes, mesmo em guerra, teriam que ser respeitados. A vida deles tinha que ser respeitada. E isso valeu de 1648 até 1969. Até o Hitler, quando fez aqueles horrores todos, ele respeitou os embaixadores da Inglaterra, dos Estados Unidos, mandou embora. Não fez maldade nenhuma. Pois bem, a esquerda, a nossa esquerda radical, que hoje não é mais radical... Está aí o Franklin Martins, que hoje é um neoliberal; está aí o [Fernando] Gabeira, que faz isso, faz aquilo. Estavam todos eles nessa ação. E a ação foi sequestrar o embaixador dos Estados Unidos [Charles Burke Elbrick]. Desde 1648! Sequestraram e aí deram à extrema direita o pretexto para botar a outra pata em cima. E aí o que aconteceu? A Junta Militar começou – já tinha começado –, a Junta Militar começou a prender, a mandar matar, a torturar, a censurar a imprensa, a fazer o diabo, e inclusive a baixar um ato institucional – chegamos naquilo que nós estamos –, a baixar um ato institucional, [o AI-14, de 5 de setembro de 1969], autorizando a pena de morte para crimes contra a segurança nacional. E é isso.

⁷ A Junta Militar assumiu após a edição do Ato Institucional nº 12, em 1º de setembro de 1969. Era composta pelos ministros Aurélio de Lira Tavares (Exército), Augusto Hamann Rademaker Grunewald (Marinha) e Márcio de Souza e Mello (Aeronáutica).

A.S. – Vou só voltar um pouquinho a...

C.C. – Vamos voltar, claro.

A.S. – ...antes da edição do Ato Institucional nº 12, quando o presidente Costa e Silva ainda estava na presidência da República. No seu livro [*113 dias de angústia: impedimento e morte de um presidente*], o senhor fala que existia uma série de assuntos em voga nesse período, entre maio e agosto de 1969, por exemplo: a liberalização do regime, a redemocratização, a outorga de uma nova Carta Constitucional, esse projeto de Constituição que estava sendo orquestrado pelo vice-presidente Pedro Aleixo...

C.C. – Mandar uma emenda constitucional ao Congresso alterando alguns pontos. É só isso.

A.S. – E aí o senhor cita uma série de documentos, no final do seu livro, demonstrando como os ministros militares e o Conselho de Segurança Nacional influenciaram na elaboração desse...

C.C. – Usurparam.

A.S. – Por que o presidente Costa e Silva, que queria pôr em prática esse projeto de redemocratização, por que ele acata o parecer dos membros do Conselho de Segurança Nacional?

C.C. – Aí nós temos duas vertentes. A primeira: ele acatou porque, dentro daquela teoria dois passos adiante, um passo atrás, se ele dizia “vamos abrir, vamos acabar com o AI-5”, aí vinha o Conselho de Segurança... O Conselho de Segurança, era o chefe do Gabinete Militar, o Jaime Portela,⁸ que mandava. Vinham dizer: “Presidente, os subversivos estão aí!”. Ele dizia: “Está bom. Vamos apertar os subversivos e não sei o quê”. De um lado era isso, era a teoria das compensações. Agora, de outro lado... Ninguém prova isso. É difícil, é impossível encontrar a prova. Mas, de outro lado, depois que o presidente adoeceu, depois que o presidente não podia assinar mais nada, num interregno de dois ou três dias, assinaram por ele. Fizeram maldades com as quais ele não concordaria e assinaram por ele. É a única explicação que eu tenho. Sem a menor prova. Eu não tenho prova disso, porque está escrito lá Artur da Costa e Silva e publicado no *Diário Oficial*. Como é que eu vou contestar isso? Agora, eu tenho a intuição, ou tenho quase a certeza de que, naquele interregno, a Casa Militar e a Secretaria de Segurança Nacional extrapolou: falou que aquilo era decisão do Costa e Silva. Quem vai provar isso?

A.S. – Porque existe uma série de artigos que foram modificados que mantêm o poder do presidente da República...

C.C. – Na Constituição?

A.S. – Não, no projeto ainda, o projeto de Constituição. E depois foi reformulado e editado através da emenda constitucional.

C.C. – Ah, não. Isso eu fiz uma... Isso é outra coisa. Isso eu fiz uma série de reportagens até, que saíram no *Estadão*. Eu fui processado várias vezes pela Lei de Segurança. Mas aí foi o seguinte: o projeto do Costa e Silva, o projeto Pedro Aleixo e Costa e Silva e comissão de juristas era um projeto... Não era liberal, de jeito nenhum, mas era um projeto democrático que

⁸ Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, de 1967 a 1969.

conservava os direitos e garantias individuais. Era um projeto aceito pelo Costa e Silva. Quando ele fica doente, aquele projeto, aquele anteprojeto aliás, que estava no Gabinete Militar... O Gabinete Militar, por causa da segurança nacional, centralizava. Lá no Gabinete Militar, o general Portela e outros coronéis modificaram o projeto. Modificaram alguma coisa. “Não, a pena é de tanto e não sei o quê.” Mas aí foi pior. Assumi a Junta Militar, e a Junta Militar não gostava muito do Portela – aquelas brigas entre eles –, então a Junta Militar avocou aquele projeto e disse: “Nós só mandamos o projeto para o Congresso, para reabrir o Congresso e para eleger o general Garrastazu...”⁹ Para isso é que eles queriam abrir o Congresso, para reeleger o general... para eleger o general Médici, já escolhido lá entre eles, na eleição entre eles. “Então, me dá aqui porque nós queremos rever isso. Nós não confiamos em vocês do Gabinete Militar e muito menos no projeto do Costa e Silva.” Então, o que eles fazem? Os três, como dizia o dr. Ulisses [Guimarães], “os três patetas”, os três, ministros militares, mas não eram obrigados a entender nada de Direito Constitucional, então eles vão chamar um jurista, um jurista que naquela época foi meio chamado... Depois se mostrou muito bom até, no futuro, mas naquela época era chamado de “jurila”, misto de jurista com gorila, e que era casado com a irmã do ministro do Exército, casado com a irmã do general Aurélio Lira Tavares. Quem era ele? Era um jurista do Rio Grande do Sul chamado [João] Leitão de Abreu.¹⁰ E o Leitão de Abreu, então, fez a revisão do projeto... do anteprojeto do Costa e Silva, mas fez a revisão para pior. Eu dou apenas um exemplo. Entre mil que eles pioraram o projeto, apenas um exemplo. O projeto do Costa e Silva, nas disposições transitórias, dizia o seguinte, no artigo não sei quanto das disposições transitórias: “continuam em vigor os efeitos do AI-5”. Quer dizer, quem tinha sido cassado continuava cassado, quem tinha sido condenado continuava condenado. Os *efeitos*. E o Leitão de Abreu colocou lá: “continuam em vigor o AI-5 e os seus seguintes”. A grande sacanagem está aí. Está aí porque eles mantiveram. Fizeram uma nova Constituição, mas mantiveram a ditadura dentro da Constituição. Quer dizer, não é “continuam em vigor os efeitos do AI-5”, quer dizer, o AI-5 acabou, mas o que ele fez, está feito; é “continuam em vigor o AI-5 e os seus seguintes”. Porque aí já tinha [Ato Institucional n°] 12, 13, 14, aquela porcaria...

A.S. – Com um espírito de continuidade, mesmo.

C.C. – De continuidade da ditadura. É isso.

A.S. – E pelo que eu pude observar, muitos desses artigos, que depois vão ser de fato editados através da emenda constitucional, eles davam amplos poderes ao presidente da República, mas algumas das medidas tomadas pelo presidente precisavam passar pela sanção do Conselho de Segurança Nacional.

C.C. – Sim.

A.S. – O presidente tomava uma decisão, mas o Conselho estava ali por trás...

C.C. – O Conselho tinha que referendar.

A.S. – Como um Conselho de Estado.

C.C. – Sim.

⁹ General Emílio Garrastazu Médici, então chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI). Assumi a Presidência da República após a Junta Militar, governando de 1969 a 1974.

¹⁰ Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, de 1969 a 1974; ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), entre 1974 e 1981; chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, de 1981 a 1985.

A.S. – Qual era o papel de fato, ali na prática, nos bastidores do governo Costa e Silva, qual era o papel desse Conselho de Segurança?

C.C. – O Conselho, no tempo do Costa e Silva, o Conselho era fortíssimo. Porque havia... Não era nada declarado por lei, mas era um conciliábulo. Então, o Costa e Silva, eu me lembro de ele dizer: “Ih! Hoje tem... é dia de Conselho, é um dia ruim”. Ele ficava chateado e tudo. Aí o Conselho apresentava, vamos dizer, 30 processos de cassação de parlamentares, e vinha processo contra fulano, contra fulano, contra fulano, e cada um dos membros do Conselho, que era o ministério mais os chefes de Estado-Maior, cada um do Conselho votava: “Cassação. Cassação”. Até com o dedo para baixo. E o Costa e Silva dizia, e disse várias vezes: “Não, espera aí, esse aí eu não tenho provas quanto a isso. Eu acho que não é bem assim. Deixa em suspenso. Não casso”. Porque a cassação era dele. Mas ele já estava um velho com 71 anos de idade, já com um processo de esclerose, já forçado por aquela... Porque eram os amigos dele, que tinham feito ele presidente da República. Muitas vezes ele cedeu. Eu conto até uma história muito engraçada. Havia aquele grupo de deputados mais radicais, também, do MDB...¹¹

A.S. – E da Arena,¹² não é?

C.C. – Não, do MDB.

A.S. – Do MDB.

C.C. – O Fernando [Soares] Lira,¹³ o Marcos [de Barros] Freire,¹⁴ o Lisânias [Dias] Maciel...¹⁵ Aqueles, também, que estavam lá também forçando a mão. Então, um deles era o Pais de Andrade,¹⁶ era o Antônio Pais de Andrade, e era considerado um radical. Aí veio um processo contra ele no Conselho de Segurança Nacional. Só que eles erraram o nome e botaram Antônio Vaes de Andrade, em vez de Pais de Andrade. E veio lá Antônio Vaes de Andrade. “Cassa! Cassa sim!” Só que ele era Pais de Andrade. E o Costa e Silva sabia disso e ficou quieto. Ele disse: “Não, cassa esse Antônio Vaes de Andrade”. E quando cassaram, não existia o Vaes de Andrade e o Pais de Andrade está aí até hoje. Hoje é embaixador em Portugal. Eu não sei se eu... Eu gostaria de te dar essas reportagens. Foram cinco reportagens que eu fiz das diferenças entre o projeto do Costa e Silva e o projeto da Junta Militar. Eu vou achar ainda. Daqui a pouco a gente procura.

A.S. – E você, ao elaborar suas reportagens, tinha que submeter ao parecer...?

C.C. – Quais reportagens?

A.S. – As notas de imprensa, as notas de assessoria.

C.C. – Não, não. Uma das coisas que ele me disse, quando me convidou, foi dizer: “Vai dando essas informações. Agora, usa o seu critério para não...”. O ministro da Justiça, que era um

¹¹ Movimento Democrático Brasileiro, partido político criado em decorrência do Ato Institucional n.º 2, de 27 de abril de 1965, que instalou o bipartidarismo no Brasil.

¹² Aliança Renovadora Nacional, partido político também criado em decorrência do AI-2.

¹³ Deputado federal pelo MDB/PE, de 1971 a 1979 e depois pelo PMDB.

¹⁴ Deputado federal pelo MDB/PE, de 1971 a 1975. Senador de 1975 a 1983.

¹⁵ Deputado federal pelo MDB/GB, de 1971 a 1975, deputado federal pelo Rio de Janeiro, de 1975-1976.

¹⁶ Deputado federal pelo MDB/CE.

ferrabrás danado, o [Luís Antônio da] Gama e Silva,¹⁷ logo na primeira semana que eu estava lá, aqui na Secretaria de Imprensa, o Gama e Silva comentou com um amigo meu, que me contou: “Esse dr. Carlos Chagas está espalhando um noticiário infame sobre a realidade nacional!”. Eu fiquei quieto. Infame é ele. Porque havia... Mas não tinha... Quando veio a Junta Militar, bom, aí... A Junta Militar assumiu num domingo de noite, com um outro ato institucional, [o AI-12, de 1º de setembro de 1969]. Eu estava lá no palácio. Não divulguei nada; o problema era lá deles. Na segunda-feira cedo, eu vou lá para o Palácio Laranjeiras e entrego ao Rondon Pacheco, que era o meu chefe, o chefe da Casa Civil... Eu digo: “Dr. Rondon, está aqui o meu pedido de exoneração. Eu não tenho por que ficar aqui, diante disso”. Ele aí pegou, guardou e disse: “Olha, tudo bem, eu aceito, mas eu também já fiz o meu. Mas enquanto o presidente estiver aqui no andar de cima e, quem sabe, ele tem condições de voltar, o nosso dever é ficar aqui”. E eu fiquei lá mais um mês, ou mais algumas semanas, até escolherem o Médici. Aí eu fui... Eu também achei que eu não podia abandonar assim, deixar... Quer dizer, o cara tinha me chamado, está lá doente, mas ninguém sabe... Não, a gente sabia que ele não voltava mais de jeito nenhum. Mas fiquei aquele mês, até a eleição do Geisel [eleição de Emílio Garrastazu Médici], e vendo aquilo tudo, escutando, olhando, anotando aquela briga de generais e aquilo tudo lá. Aí, quando assumiu o Médici, eu voltei para *O Globo*, e digo: “Eu estou ferrado. Vou estudar Medicina, porque Jornalismo não... Não tem mais solução para mim. Eu fui o porta-voz da ditadura, dessa coisa execrável que está aí”. Aí eu digo: “Só tem uma saída, vou escrever isso tudo. Se eu escrever e mostrar o que aconteceu nos bastidores, quem sabe, eu dou a volta por cima”. E dei, não é?

A.S. – E seu livro [*113 dias de angústia: impedimento e morte de um presidente*] foi recolhido após a primeira semana de publicação, não é?

C.C. – Logo na primeira semana, ele foi recolhido e eu ganhei meu primeiro processo pela Lei de Segurança Nacional, “por estar revelando documentos secretos”.

A.S. – Mas você chegou a ser processado pela Justiça Militar?

C.C. – Cheguei. Fui três vezes...

A.S. – E qual foi o veredicto?

C.C. – Foi que...

A.S. – Passou pela primeira instância, segunda instância...?

C.C. – Naquele tempo, aqui em Brasília não tinha a primeira instância.

A.S. – A Auditoria [Militar], não é?

C.C. – A Auditoria. A Auditoria era em Juiz de Fora. Abriram o processo em Juiz de Fora, mas nos chamavam quando necessário. Mas antes disso tinha um IPM [Inquérito Policial Militar]. O IPM é que ia para a Auditoria. E o IPM, eu fiz o primeiro IPM, fui fotografado de frente e de perfil, “toquei piano”, tomaram meu passaporte. Mas eu tinha sido porta-voz do Costa e Silva, quer dizer, os caras também tinham... “Não podemos fazer publicamente um negócio com ele”. E aí, duas vezes, nesse e em um outro, o da invasão da Universidade de Brasília [UnB] aqui,

¹⁷ Ministro da Justiça em 1964 e entre 1967 e 1969.

eles abriram o processo, eu fui lá no IPM e tudo, mas nessas duas vezes, o próprio procurador militar, que era para me acusar, pediu o arquivamento do processo, achando que não era caso de ter processo. Esses foram os dois primeiros. O terceiro, eu já fui processado... Já era no governo [Ernesto] Geisel, era o general [Silvio] Frota,¹⁸ o furibundo, e o general Frota mandou abrir um processo contra mim, também, por um troço qualquer que eu escrevi. Aí o Geisel, que era outro ferrabrás, o Geisel, que estava brigando com o Frota, mandou requisitar o IPM. Não podia. O IPM, nem você sabia do que você estava sendo acusado. Mas o Geisel mandou pegar o IPM. E me contou um grande amigo meu, o Humberto Esmeraldo, o Humberto [Esmeraldo] Barreto, que era o secretário de Imprensa do Geisel, que o Geisel pegou o processo do IPM, começou a olhar... Dizem que o Geisel era... Aí ele pegava, arrancava a página e jogava fora, arrancava e mordida a página, jogando tudo no lixo. Então, esse meu último processo desapareceu, sumiu. Não tem prova nenhuma.

A.S. – Não tem prova nenhuma.

C.C. – Não tem nada, porque o próprio Geisel jogou no lixo. Era presidente da República, podia tudo, não é?

A.S. – E nesse projeto de revisão constitucional, esse anteprojeto da Constituição, falava-se da Justiça Militar, alguma modificação em relação à composição da Justiça Militar, ao alcance da Justiça Militar, que julgava os crimes políticos nesse período, também?

C.C. – Não me lembro, porque foi no governo Castelo Branco ainda, antes do Costa e Silva, que se deu um *status* ao Superior Tribunal Militar igual ao Supremo Tribunal Federal. Quer dizer, o que eles decidissem não tinha recurso para o Supremo. Agora, naqueles dias deve ter tido coisa. A Junta Militar fez misérias: botou no projeto deles, nas disposições transitórias, coisas incríveis, como, por exemplo: os promotores e procuradores da Justiça Militar ainda... quer dizer, que não eram efetivados, passam a ser efetivados a partir dessas disposições transitórias. Por quê? Porque uma sobrinha do ministro da Aeronáutica era procuradora – nomeada, sim, mas transitória – e foi feita definitiva por conta disso. Tem coisas horríveis. Em que ano que foi isso? Vamos ver se com um pouquinho de sorte...

[FINAL DA FITA 1]

C.C. – ...desde lá até agora. E eu me lembro que eu vim para *O Estado de S. Paulo* em 1972 e... Em 1972... Ah! Esse artigo aqui que eu fiz teve sucesso: “Brasília não vê JK chorar”. Foi o primeiro artigo que rompeu... Dizia que o Juscelino veio a Brasília escondido e que chorou quando viu aqui. Ele me contou e eu escrevi e saiu. Agora, vamos ver se eu... São quatro ou cinco artigos onde eu mostro a diferença entre... Eu vim para ser o diretor do *Estadão* aqui em 1972. Mas se não foi... Eu acho que foi... Vamos ter paciência que... Médici... Médici... Médici... Reeleição... Já se falava em reeleição naquela época, a reeleição do Médici. [O entrevistado folheia artigos de jornal escritos por ele.]

A.S. – Um tema bastante atual.

C.C. – Lanusse... Meu Deus do céu! Estamos em que mês já? [Referindo-se à data dos artigos.] Em março. Foi neste ano, mesmo. Maio. Aqui é o Lanusse, a briga do Brasil com a Argentina.

¹⁸ Ministro do Exército de 1974 a 1977.

Meu Deus do céu! Nós vamos perder tempo aqui. Mas foi no ano de 1972. E eram todos artigos duros contra a....

A.S. – Nenhum dos seus artigos sofreu censura?

C.C. – Todos.

A.S. – Todos eles? E como...?

C.C. – Uns 300 artigos.

A.S. – Mas aí...

C.C. – Aí eram tirados da página e entrava...

A.S. – Receita.

C.C. – ...papel em branco ou poesias ou... Eu tenho uns exemplos aí. Nós vamos achar, espera aí. Porque são artigos fora daquela página três. Aqui era a coluna política, mas eles estão fora dessa página. Meu Deus! Quando a gente quer achar, não acha de jeito nenhum. “Não é para já a democratização.” Nós estamos em que mês?

A.S. – Em julho.

C.C. – Julho. Aguenta até o fim do ano. [Ainda procurando os artigos que quer mostrar.] Porque se não estiver aqui, está em qualquer outro. Mas se você quiser vir aqui pesquisar, está aberto, mas não vai dar para nós... Ah! Está aqui. Achamos. “Há três anos, Costa concluía a Emenda 1”. Aí você... Tem a diferença entre a emenda dele... Aqui, o segundo artigo, e no terceiro... Eu não guardei o terceiro e o quarto? Ah! O terceiro: “Há três anos, Costa concluía...”

A.S. – Setembro de 1972.

C.C. – O que foi mudado. Então, eu comparo detalhe por detalhe. Deve ter outro. “Há três anos... Conclusão”. São quatro artigos.

A.S. – Do final de agosto e início de setembro de 1972.

C.C. – Se você quiser anotar... Porque agora, com esse negócio de Internet, tem tudo, não é?

A.S. – É.

C.C. – Então, vamos lá: *O Estado de S. Paulo*, 27 de agosto de 1972, página cinco; depois, 29 de agosto de 1972, página...

A.S. – Quatro.

C.C. – ...página quatro. Talvez isso sirva para alguma coisa para você.

A.S. – Dois de setembro.

C.C. – Dois de setembro, página quatro.

A.S. – E 3 de setembro, página quatro.

C.C. – Três de setembro, página quatro. Bom, se você...

A.S. – Vou procurar.

C.C. – ...conseguir daí alguma coisa... Depois de mil anos de imprensa, eu consegui juntar, não tudo porque se perde muita coisa, mas boa coisa do que eu escrevi ali.

A.S. – Tudo organizado anualmente.

C.C. – Mais ou menos, de acordo com a nossa bagunça.

A.S. – Você afirma aqui no livro, em determinado momento, que a Junta Militar pretendia se institucionalizar.

C.C. – Sim.

A.S. – Só que essa postura só vai servir para acirrar os ânimos...

C.C. – Claro.

A.S. – ...dos já descontentes para com sua permanência.

C.C. – Porque a Junta Militar usurpou o poder, e quem usurpa o poder... Sempre tem alguém querendo usurpar o poder do usurpador. Então começou aquela briga de generais, que está aí no meu livro, violentíssima: “Por que você e não eu?”. E aí acabaram escolhendo o pior de todos, o Garrastazu.

A.S. – Que era o chefe do [Serviço Nacional de Informações] SNI do governo Costa e Silva.

C.C. – Do Costa e Silva. Mas depois havia sido mandado para comandante do III Exército. Quando a crise vem, ele é comandante do III Exército.

A.S. – Quem eram esses descontentes com a permanência da Junta Militar?

C.C. – Todos. Se você pegar a lista do Alto Comando, todos: Sizen Sarmento; Orlando Geisel; Ernesto Geisel, que não era ainda do Alto Comando, mas que já era influente... Todos, todos, todos.

A.S. – O Jaime Portela também?

C.C. – O Jaime Portela queria que a Junta continuasse, para ele dominar a Junta e ele ser o sucessor da Junta dois anos depois ou o que fosse. O Portela era ligado à Junta, mas desprezava a Junta, mas achava que enquanto a Junta continuasse, ele continuaria como chefe da Casa Militar e secretário do Conselho de Segurança, e estava olhando para o futuro.

A.S. – Você pode falar um pouquinho para mim sobre o [Luís Antônio da] Gama e Silva? Porque ele era um civil...

C.C. – Era o maior ferrabrás civil que já teve na história do Brasil. Ele tinha sido reitor da USP, mas aquele cara que “bota para fora os comunistas!”, e era muito amigo do Costa e Silva, desde o tempo em que o Costa e Silva foi chefe da Região Militar lá em São Paulo. Não do II Exército; da Região Militar. E ficaram amigos e tudo. E quando o Costa e Silva, pela primeira vez, assume o poder... Logo depois da queda do Jango [João Goulart], você lembra que eles formaram o Comando Supremo da Revolução: Costa e Silva, Rademaker¹⁹ e Francisco de Assis Correia de Mello. Não confundir com o Márcio [de Souza] Mello, que veio depois, na Aeronáutica. Então, os três tomam conta do poder no Rio de Janeiro. E aqui em Brasília, assume o Ranieri Mazzilli, o presidente da Câmara. Então, o que o Costa e Silva faz? Manda no Ranieri Mazzilli. O Mazzilli ligava... “Então, vou nomeá-lo ministro, o meu ministro”. “Seu ministro, porra nenhuma! E nomeia aí, para ministro da Justiça, o professor Gama e Silva”. “Pois não. Está nomeado.” Mas logo depois o Castelo Branco é eleito entre aspas, toma posse, manda o Gama e Silva embora e o Costa e Silva continua como ministro do Exército. E aí, quando o Costa e Silva assume a presidência da República, em 1967, a primeira coisa que ele faz é convidar o Gama e Silva para ministro da Justiça. E o Gama e Silva era aquele cara que você dizia mata e ele dizia esfola, antes de você até. Quando vem a crise do AI-5, o Gama e Silva já tinha pronto um projeto de AI-5 muito pior do que o que foi afinal editado. Esse projeto demitia todos os governadores – porque ele era inimigo do Abreu Sodré e o Sodré era governador de São Paulo, então, ele queria chutar o Sodré –, dissolvia o Supremo Tribunal Federal... Fazia tudo. Era a ditadura completa. Aí o próprio Costa e Silva disse: “Espera aí, Gaminha”. O apelido dele era Gaminha. “Espera aí, Gaminha, assim também não. Vamos com calma”, e evitou o AI-5 do Gama e Silva. Mas o Gama e Silva sempre ali. Quando vem a... Uma vez o Gama e Silva foi ao Costa... O Costa e Silva ainda presidente, lúcido ainda, o Gama e Silva vai a ele... “Presidente, o senhor não pode tolerar o *Correio da Manhã*! O *Correio da Manhã* está chamando o senhor de tudo, de ditador, de... Vamos fechar o *Correio da Manhã*”. Aí o Costa e Silva tira do bolso uma tira de papel e diz: “Você já leu isso aqui?”. “Não. O que é isso?” Era uma frase do Thomas Jefferson: “Se fosse dado a mim ter governo sem jornais ou jornais sem governo, eu ficaria com a segunda hipótese”. E o Costa e Silva disse: “Fica quieto aí. Não vai fazer nada”. Mas quando o Costa e Silva adoece, o Gama e Silva deita e rola. Porque ele é o jurista, também, da Junta Militar, antes do Leitão entrar, e ele faz tudo. Ele queria... Inclusive, esse ato da pena de morte é dele.

A.S. – É uma pergunta que eu ia lhe fazer, inclusive. Logo depois do restabelecimento da pena de morte, a revista *Veja* publica uma reportagem afirmando que o Gama e Silva já tinha um projeto contendo a pena de morte muito antes da edição do Ato 14.²⁰

C.C. – Certamente.

A.S. – Que estava engavetado, mas que o Costa e Silva também havia...

C.C. – Porque o Costa e Silva não quis, não aceitou.

A.S. – Mas já havia sido proposto por algum dos...?

¹⁹ Augusto Hamann Rademaker Grunewald.

²⁰ *Veja*, 17 de setembro de 1969.

C.C. – Proposto formalmente, não. Mas ele já devia ter levado lá para o Costa e Silva, para o Conselho de Segurança Nacional. Aquilo estava lá guardado em alguma gaveta.

A.S. – E sobre o jurista Paulo Fernandes Vieira, que o assessorava no Ministério da Justiça? Eu encontrei uma reportagem certa vez falando que ele foi um dos autores, também, do Ato Institucional nº 14.

C.C. – É possível. Mas eu não me lembro dele. Eu lembro, lá junto ao Gama e Silva, um sujeito que tinha um apelido... Não era Osvaldão. Era um sujeito que tinha um apelido maximativo e que era um gorila danado e que era... Ah! Eu lembro que ele era... Depois você vai pesquisar. Ele era diretor ou presidente de uma empresa que chegou a pegar os carros Puma, chegou a fazer os carros Puma no Brasil, lá em São Paulo. Depois faliu. Ele era o chefe da... até ir trabalhar com o Gama e Silva. Era um empresário desses aí, meio... Fez os Puma, os carros Puma. Agora me fuge o nome dele. Era não sei o quê *ão*.

A.S. – Eu vou pesquisar o nome dele.

C.C. – Desculpe, mas eu fiz 69 anos outro dia, então, a memória de vez em quando falha.

A.S. – Tudo bem. E o jurista Carlos Medeiros?²¹ Porque ele foi ministro da Justiça do Castelo Branco...

C.C. – Ah, bom, isso foi antes.

A.S. – ...e ele quem assessorou a Junta Militar na redação do Ato Institucional nº 12. Eu não entendi por que foi ele quem assessorou, e não o Gama e Silva, que era o ministro da Justiça nessa época.

C.C. – Então vamos lá. Essa eu sei. Em 1937, quando o Getúlio [Vargas] foi dar o golpe, apoiado pelos militares, o Getúlio tinha um ministro da Justiça... Um gênio – um gênio do mal, mas um gênio –, Francisco Campos, o Chico Ciência.²² Era o gênio da ditadura. E o Chico Ciência fez a nova Constituição de 1937 em segredo. Ele, ministro da Justiça, mas ninguém podia saber. Então ele, copiando a constituição de países ditatoriais e tudo, ele fez a Constituição de 1937, que foi chamada e apelidada como? Qual era o apelido da Constituição de 1937? A Polaca.

A.S. – A Polaca, é verdade.

C.C. – Agora é engraçado. Por que era a Polaca? Bom, porque, diziam, era calcada na constituição ditatorial e direitista do marechal Pilsudski, da Polônia. Podia ser. Era. Mas também pelo seguinte... O Chico Campos morava em Belo Horizonte e tudo, foi para o Rio, foi o primeiro ministro da Educação de Getúlio, depois foi ministro da Justiça, anos depois. E ele morava em Belo Horizonte com a família. Ele era muito pão-duro. Então, ele voltou para o Rio – ele foi para o Rio para ser ministro da Justiça – sozinho. Ele morava num hotel. Quando vem o golpe militar, o Comando Supremo da Revolução – Costa e Silva, Rademaker e Francisco Mello, o Mello Maluco, como era chamado... Porque ele, quando tenente, pegava o avião dele e passava embaixo de ponte e tudo. Virou brigadeiro, mas continuou o Mello Maluco. Então, os

²¹ Ministro da Justiça entre 1966 e 1967.

²² Ministro da Justiça entre 1937 e 1941.

três tomaram o poder, mas não sabiam o que fazer com o poder. “Somos contra a subversão e contra a corrupção! E prende...” Saiu a lista dos mais procurados e tudo. Mas eles não sabiam direito o que fazer. O Castelo Branco ainda estava... Estava fora. Tinha conspirado e tudo, mas era outro grupo. Então eles, por recomendação sabe-se lá de quem, mandam procurar o Chico Campos, que estava velhinho já. Ele morava lá na Praia do Flamengo. Eu fui na casa dele algumas vezes. Ele morava na Praia do Flamengo. Eu fui como repórter, antes, ou depois, não sei. Não tinha nada com isso. Aí mandam procurar o Chico Campos, para ele dar uma institucionalização naquilo que tinha acontecido: um golpe militar, o presidente fugiu e tudo. E o Chico Campos faz uma peça genial, mas genial do mal.

A.S. – O Ato Institucional.

C.C. – Mas genial do mal. Não sei se você já leu o preâmbulo do AI-1. “Não é o Congresso que legitima a revolução; é a revolução que legitima o Congresso. Uma revolução cria o seu próprio Direito Constitucional.” É um negócio muito bem feito. Maldoso como o diabo, mas bem feito. Então, o Chico Campos faz o preâmbulo, e aí perguntam: “Bom, agora o senhor precisa fazer os artigos do ato”. Ele diz: “Não, os artigos do ato, chama o Carlos Medeiros que ele faz”. Por quê? Porque o Carlos Medeiros, que era um jurista de direita também, no tempo em que o Chico Campos fez a Constituição de 1937, redigindo lá sozinho, só ele, para o Getúlio, tinha que ter alguém para datilografar – ele escrevia à mão –, e o datilógrafo foi um oficial-de-gabinete dele, um jovem advogado chamado Carlos Medeiros e Silva. Foi o datilógrafo da Constituição de 1937. E daí para diante progrediu, foi ser um grande advogado, sempre da direita. Então, quando o Chico Campos faz o preâmbulo do ato, ele diz: “Bom, agora chamem aí o Carlos Medeiros e Silva que ele faz os atos [os artigos]. ‘Isso é proibido’, ‘isso é proibido’, ele mesmo faz porque não tem problema”. E, assim, o Carlos Medeiros entrou na história revolucionária. Agora o que vai acontecer? O Castelo Branco vira presidente da República, e o Carlos Medeiros, muito conceituado – ele tinha feito os artigos do AI-1, que não tinha número até, presumia-se que fosse o único, fez os artigos, estava sempre lá ligado aos militares –, virou consultor geral da República, a convite do Castelo Branco, e quando o Castelo Branco resolve que aquela bagunça imensa – tinha atos institucionais, teve o AI-2; atos complementares; decretos-leis, que há aos montes; emenda constitucional engolida pelo Congresso... Quer dizer, a situação institucional do Brasil era uma loucura. Tinha lei de todo lado e ninguém sabia quem é que mandava. Então, o próprio Castelo Branco diz: “Não, antes de eu deixar o poder para o Costa e Silva, que eu não quero, mas tem mais tanque do que eu e vem aí, então, antes de deixar o poder, eu vou fazer uma nova Constituição para o Brasil”. Poxa, que coisa bonita! Então ele pergunta para os auxiliares dele: “Como é que faz uma nova Constituição?”. Aí eles dizem: “Bom, o senhor convoca eleições para uma Assembléia Constituinte e ela é eleita e faz”. “Ah, não. Aí não pode. Não pode porque as oposições vão ganhar. E como é que eu vou dar eleição para uma Constituinte? Eles vão fazer a Constituição que eles querem.” “Bom, se não pode isso, tem uma outra solução. O senhor redige uma nova Constituição, igual à de 1937, publica no *Diário Oficial*, outorga e ponto final.” “Ah, não, isso também não, porque eu não sou ditadura.” “Então não tem saída.” Aí foram para o Castelo Branco – é o Brasil dando lições para o mundo – e então o Castelo Branco... “Bom, o senhor tem uma terceira saída. Esse Congresso que está aí, que já está em final de mandato” – já tinha tido até eleição para o novo Congresso, mas não tinha tomado posse –, “o senhor pega esse Congresso que está aí, que já teve mil pessoas cassadas, está desmoralizado, já foi fechado, pega esse Congresso, baixa um ato institucional e chama esse Congresso de Assembléia Constituinte.” E saiu o Ato Institucional nº 4: “A partir deste momento, o Congresso passa a se chamar Assembléia Nacional Constituinte e terá de novembro...” Eu não me lembro a data. Em 15 de novembro, parece. [O AI-4 estabelece o prazo de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967.] “E terá de novembro até o dia 16 de

janeiro do ano que vem para fazer uma nova Constituição.” E aí o Castelo manda, para esse Congresso desmoralizado, essa Assembléia Constituinte, o Castelo manda um anteprojeto. Porque toda constituição tem que começar de algum texto básico, mesmo que seja para revogar tudo. Então, mandou um texto básico. Só que o texto básico, a quem que ele pediu para fazer? Carlos Medeiros e Silva. Então, esse texto era tão execrável que não continha o capítulo dos direitos e garantias individuais. O Carlos Medeiros dizia: “Não, isso é assunto para lei ordinária”. Imagina!

A.S. – E ele vai ter um choque...

C.C. – Exatamente.

A.S. – ...ferrenho com o Daniel Krieger,²³ que não aceitou isso.

C.C. – E com o Afonso Arinos [de Melo Franco],²⁴ o Aliomar [de Andrade] Baleeiro²⁵ e tudo. Mas esse anteprojeto, o Castelo manda e diz o seguinte: “Se não votarem uma nova Constituição... Pode mudar tudo que tem nesse projeto, mas se não votarem até o dia 16 de janeiro de 1967”, porque o Costa e Silva assumiria em março de 1967, “se não votarem até o dia 16 de janeiro, fica valendo esse projeto do Carlos Medeiros”, que era um horror. Então, aí se reuniram: Daniel Krieger, Pedro Aleixo, Afonso Arinos, Adauto [Lúcio] Cardoso,²⁶ Aliomar Baleeiro, Djalma [Aranha] Marinho,²⁷ gente de primeiro nível e que era do golpe. Todo mundo golpista. Mas eles disseram: “Não, não podemos deixar esse projeto do Carlos Medeiros virar a Constituição. Então, vamos trabalhar”. E nunca uma Constituinte trabalhou tanto. Trabalharam no Natal, no Ano-Novo, não tinha sábado, não tinha domingo. Quando chegou no dia 15 de janeiro, o presidente da Assembléia Constituinte, que era o presidente do Senado, o senador Auro [Soares] de Moura Andrade,²⁸ de manhã cedinho, sete da manhã, chama os líderes dos partidos e diz: “Olha, gente, eu tenho uma péssima notícia para vocês. Passei a noite toda fazendo conta aqui, ainda falta votar tais, tais e tais capítulos, e tem que votar com discussão e tudo, não vai dar para, até a meia-noite de hoje, nós aprovarmos isso. Então, o nosso esforço foi todo prejudicado. Não vai dar para aprovar e nós vamos ter que engolir o projeto do Carlos Medeiros”, que era o ministro da Justiça na época. Aí foi aquela depressão de todo mundo. Mas aí o Auro, que era muito esperto, disse: “Mas eu tenho uma solução.” “Qual é a solução? Não vai dar para votar tudo.” Ele diz assim: “Sr. José, vem cá.” O sr. José era o chefe dos contínuos que estava lá. Isso é a pura verdade. Isso é história do Brasil. “Sr. José, que horas são?” “Excelência, são sete e meia da manhã.” “Sr. José, o senhor está maluco? O senhor não está vendo que são sete e meia da noite de ontem?” “São, Excelência. São o que o senhor quiser.” “Vá lá e atrase os relógios do plenário por 12 horas.” E o sr. José foi lá e atrasou os relógios do plenário, e deu para votar. Aí você pergunta: mas será que a milicada não estava vendo isso? Estava. Eles tinham microfone secreto... Tinha tudo lá. Mas o próprio Castelo Branco disse: “Não, deixa, deixa assim que é melhor, porque o projeto deles é melhor do que o do Carlos Medeiros”. E, assim, foi votada a Constituição de 1967. Boa, razoável no seu texto, mas sem legitimidade, porque provindo de uma Assembléia Constituinte fajuta. E aí o Carlos Medeiros ficou bravo e não sei o quê, “porque o meu projeto”, mas valeu o outro projeto.

²³ Senador entre 1955-1979.

²⁴ Senador entre 1962-1967.

²⁵ Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), de 1965 a 1975.

²⁶ Ministro do STF, de 1967 a 1971.

²⁷ Deputado federal entre 1955-1975 e 1979-1981.

²⁸ Senador entre 1955-1968 e 1969-1971.

A.S. – E a Constituição de 1937 também previa a pena de morte, para crimes políticos.

C.C. – Previa para crimes políticos contra a segurança nacional.

A.S. – Regulamentado por um decreto-lei de 1938. [Decreto-Lei nº 431, de 18 de maio de 1938.]

C.C. – Isso eu nem estou lembrando, mas devia prever. Era uma constituição fascista.

A.S. – Previa sim. Agora, falando da pena de morte. Você foi uma das primeiras pessoas a saber, ali no palácio, sobre o sequestro do embaixador dos Estados Unidos [Charles Burke Elbrick].

C.C. – Ah, sobre o sequestro? Fui. Porque pensa que o secretário de Imprensa, o porta-voz sabe de tudo? Não sabe de nada. É o último a saber. Mas eu soube pelo seguinte, porque... Eu tinha saído d’*O Globo*, tinha pedido licença d’*O Globo*. Então, o chefe de reportagem d’*O Globo* me telefona e diz: “Olha, parece que houve um sequestro aí do embaixador”. Eu fiquei sabendo pelo *O Globo*, pelo telefone. Aí é que eu fui... Tinha um coronel lá, o coronel Covas, que era o secretário da Junta Militar. Eu fui lá na salinha dele e disse: “Covas, aconteceu um troço aí”. Ele disse: “Já estou sabendo”. “Ah! Então, o que a gente faz?” “Não sei.” Ninguém sabia de nada. Aí eu fui na varanda de imprensa – porque não era sala de imprensa; era uma varanda –, fui na varanda e contei: “Sequestraram o embaixador americano”. E aí dizem que eu fui o primeiro a saber. Não fui. Eu soube pelo chefe de reportagem d’*O Globo* daquela época, o Leonídio Barros. Porque *O Globo* soube na hora ali.

A.S. – Porque foram enviados manifestos para alguns jornais, não é?

C.C. – Para a *Manchete* principalmente, para aquela estátua que tinha em frente à sede da *Manchete*. Foram enviadas.

A.S. – E qual foi a reação imediata da Junta?

C.C. – Baratinada. Não sabia o que fazer. Eu me lembro que...

A.S. – Foi pega totalmente de surpresa?

C.C. – Totalmente de surpresa. E aí tem o seguinte, não havia *know-how* no mundo para sequestro de embaixador. Então, o governo americano, que era do Lyndon Johnson [em 4 de setembro de 1969, data do sequestro, o presidente dos Estados Unidos era Richard Nixon], começou a pressionar a Junta Militar: “Façam... Poupem a vida... Queremos a vida do embaixador, senão não tem mais acordo militar, acordo econômico... Queremos o nosso embaixador”. Veja como os americanos mudaram. Hoje, a doutrina americana para sequestro é: se o embaixador for sequestrado, azar o dele. O governo americano não negocia com sequestradores. É a doutrina deles. Mas naquele primeiro sequestro não foi assim. Naquele primeiro sequestro, eles queriam que, de toda maneira, o governo brasileiro – governo entre aspas – poupasse a vida, salvasse o embaixador. Então, começaram a pressionar. E a Junta Militar, que já era fraca, já questionada por mil generais, a Junta Militar começou a dizer: “Bom, o que eu vou fazer?”. E aí foi gozadíssimo. O ministro das Relações Exteriores era o [José de] Magalhães Pinto, e o Magalhães... “Não, não. A coisa é da minha alçada”. “Não, não é.” O Magalhães chegou a preparar um... Ele me chamou lá no Itamarati, me levou lá do Palácio

Laranjeiras no Palácio do Itamarati para redigir um manifesto dele. Nós fomos lá redigir. Estava o [José] Sete Câmara [Filho]²⁹ e tudo quanto é embaixador bacana, e redigimos lá e tudo. Aí, no fim, o Sizen Sarmento, que era comandante do I Exército, telefonou para o Magalhães e disse: “Olha aqui, Magalhães, sai fora dessa. Isso é um assunto militar. Não quero você na televisão nem nada”. Mas aí acontece o seguinte... Eram uns idiotas, os sequestradores, deram pretexto para tudo que aconteceu depois. Mas os sequestradores então, através de manifestos e recados que mandavam, eles mandam um recado para o governo brasileiro, o seguinte: “Libertaremos o embaixador se vocês cumprirem três condições. Libertarem... não sei quantos... 18 presos...”.

A.S. – Quinze.

C.C. – “...libertarem 15 presos políticos que estão por aí” – e o governo aceitou libertar – “e mandá-los para o México, e quando chegarem no México, nós libertaremos o embaixador. Agora, queremos duas coisas anteriores à libertação” – isso foi numa sexta-feira –, “duas coisas anteriores. A primeira, que caminhões do Exército, pintados de verde, do Exército, distribuam comida nas favelas do Rio de Janeiro”. E houve aquilo, caminhões do Exército distribuíram arroz, feijão, o cacete. Agora, a terceira exigência que fizeram, dessas, foi a pior de todas. Nós estávamos em setembro de 1969, e em junho de 1969, pela primeira vez, tinha sido criado o *Jornal Nacional* [o *Jornal Nacional* estreia em 1º de setembro de 1969]. Porque até então... Satélite não existia, para esse fim. Existiam micro-ondas, criadas pelo Juscelino, mas as micro-ondas eram muito falhas. Então, até junho de 1969, o que acontecia? O jornal da Globo, que chamava *Jornal da Globo*, o do Rio de Janeiro era um, o de São Paulo era outro, o de Belo Horizonte era outro, o de Brasília era outro. Eram jornais inteiramente estanques, porque não havia *link* entre essas praças. Cada jornal tinha o seu locutor, tinha as suas notícias, os seus repórteres. É claro que, pelo telefone, o sujeito dizia: “Olha, aconteceu isso, tem isso, tem aquilo”. Às vezes, até de avião, ia uma fita de um lugar para o outro. Mas eram estanques. E a Globo, a partir das micro-ondas, resolveu ousar – foi até o Armando Nogueira, que ficou com um medo danado de fazer aquilo, mas fez – e fez um único jornal – aí é que chama *Jornal Nacional* –, unindo São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Brasília e creio que Curitiba, também, unindo essas praças com um único jornal, e aparece, para apresentar esse único jornal... Esse mocinho – mocinho na época –, um magrinho que hoje é o... Vai falando o nome dos velhos locutores.

A.S. – Cid Moreira?

C.C. – Cid Moreira. Aparece o Cid Moreira. E lançou o *Jornal Nacional* com um sucesso absoluto. Junho, julho, agosto. Aí os sequestradores, que deviam entender de televisão, fazem a terceira exigência: “Nós queremos que, no *Jornal Nacional* de amanhã, sábado, seja lido o manifesto que nós vamos deixar”. [Iam deixar] na porta de não sei que lugar. E deixaram o manifesto. E os militares recuando, fracos, porque os Estados Unidos pressionando, já tinham distribuído comida, já tinham soltado os presos. E aí aparece o logotipo do *Jornal Nacional*, no sábado, aquela musiquinha e tudo, aparece o Cid Moreira, branco feito uma cera, magrinho, e começa a dizer... Eu me lembro disso até hoje. “Brasileiros, este governo de torturadores que aí está, este governo que usurpou o poder em nome dos americanos, este governo...”. Mas ele começa a tremer tanto e a suar tanto, porque ele está lendo o manifesto, que aí, numa bela hora, ele para, olha para a câmera e diz: “É o manifesto que está dizendo, hein. É o manifesto”. Aquilo foi a maior desmoralização para a Junta Militar. Total, total e absoluta. E daí é que veio o Garrastazu Médici. A Junta perdeu totalmente a autoridade, ao permitir que fosse lido... A

²⁹ Embaixador do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU), entre 1964 e 1968.

Globo até hoje nunca divulgou o videotape. A Globo diz que foi queimado, quando teve um incêndio lá na Globo, uns anos depois. Eu já tentei de todo jeito, porque eu dou aula de História da Imprensa – dava aula –, já tentei de todo jeito e jamais consegui. E naquele tempo ninguém tinha gravador em casa. Os gravadores eram umas peças desse tamanho. Então, ninguém tem, hoje, o Cid Moreira dizendo: “Brasileiros, este governo de torturadores...”. E esse manifesto, o Gabeira, diz que foi ele que fez. Não, quem fez foi o Franklin Martins, você sabe disso. Foi o Franklin.

A.S. – Inclusive tem no livro *O que é isso, companheiro?*, onde ele ressalta sua participação e fala que foi ele quem...

C.C. – É. Mas foi o Franklin.

A.S. – E o general Lira Tavares, nesse período... Nesse período não; imediatamente após a notícia do sequestro, ele vai se concentrar na necessidade... Vou até abrir aspas e citar seu livro: “uma necessidade de motivar a opinião pública no sentido de aceitar as medidas impostas no combate à subversão”. Foi-lhe dada alguma instrução nesse sentido, em relação à divulgação de matérias?

C.C. – Não. Ninguém me dava instrução nenhuma.

A.S. – Para escrever nada?

C.C. – O que eu escutava ali, eu passava para os jornalistas – o que era possível passar, é claro, porque também não era doido. Mas ninguém me deu instrução nenhuma. O Rondon Pacheco, coitado, o chefe da Casa Civil, escanteado completamente, ninguém falava nada com ele. A Junta Militar não o chamava nem para despachar atos administrativos nem nada. Era a Junta Militar e o Jaime Portela ali. Fazendo o quê? Não fazendo nada, também, porque estava todo mundo doido.

A.S. – Na nota de imprensa, na nota da Assessoria de Imprensa que justificou o restabelecimento da pena de morte, que justificou o AI-13 e o AI-14 tem uma...

C.C. – Não era nota da Assessoria de Imprensa. Eu nunca redigi nota nenhuma, não.

A.S. – Quem é...?

C.C. – Eles me davam o papel pronto, deles lá, redigido por eles...

A.S. – Você só transmitia para os jornalistas.

C.C. – ...certamente, pelo coronel D’Aguiar, que era o chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas e que conhecia português.

A.S. – Hernani D’Aguiar?

C.C. – Hernani D’Aguiar. A Junta Militar dava tudo escrito para ele, ele corrigia o português, e a Assessoria Especial de Relações Públicas, tão “pocopó”, não tinha coragem de... não aprecia, então mandava para a Secretaria de Imprensa. Chegavam aqueles papéis lá, a cassação de não sei o quê, aí eu dizia para o meu... o único auxiliar que eu tinha, o Renatinho... Acho que

morreu há pouco tempo atrás. Aí eu dizia: “Renatinho, distribui lá para os jornalistas”. Eu não tinha nada com aquilo, não tinha... Quer dizer, tinha a responsabilidade, mas eu não tinha redigido nada.

A.S. – Em uma dessas reportagens, é retratada uma escalada...

C.C. – Reportagens?

A.S. – Como eu posso chamar? Notas? Reportagens?

C.C. – As notas oficiais.

A.S. – Notas oficiais. Foi retratada uma escalada terrorista, e aqui eu abro aspas, falando do atentado contra o Costa e Silva no aeroporto dos Guararapes em 1966...

C.C. – Ah, revivendo aquilo.

A.S. – ...e chegando ao sequestro do embaixador e afirmando que o restabelecimento da pena de morte era uma consequência direta do sequestro.

C.C. – Tudo feito por eles.

A.S. – Por eles.

C.C. – Estava escrito Secretaria de Imprensa porque era quem eles queriam que aparecesse, mas eu jamais redigi uma linha disso, nada, nada, nada.

A.S. – Por que será que a pena de morte foi, dentre um leque de possibilidades...?

C.C. – Para assustar.

A.S. – Para assustar?

C.C. – Para assustar.

A.S. – O ministro Gama e Silva vai afirmar também, naquela mesma reportagem da *Veja* que eu lhe citei, que a pena de morte foi restabelecida mais com um caráter intimidatório.

C.C. – Foi.

A.S. – Não era para ser, necessariamente, posta em prática.

C.C. – Espero que eles não tivessem a loucura de fuzilar ninguém, não é? Fuzilavam extraoficialmente, mas fuzilar judicialmente, eu espero que não... Tanto que houve um só pedido de pena de morte, daquele Manes Leitão.³⁰

A.S. – Lá na Bahia.

³⁰ Em dois processos diferentes, a Auditoria Militar sentenciou os réus à pena de morte. No entanto, as penas foram comutadas para prisão perpétua pelo Superior Tribunal Militar (STM).

C.C. – Na Bahia.

A.S. – Foram três, todos no ano de 1971.

C.C. – Foram três?

A.S. – Foi um na Bahia e dois em São Paulo, no mesmo processo que o Lamarca respondia, da VPR [Vanguarda Popular Revolucionária], em São Paulo. Ele estava sendo julgado à revelia e foi morto...

C.C. – Não pensa que eu estou me escusando, não.

A.S. – Não.

C.C. – Porque aquilo era entregue à Secretaria de Imprensa apenas para a Secretaria de Imprensa dar aos jornalistas que estavam na sala ali, na varanda ali ao lado.

A.S. – Um dos únicos livros no qual eu li que a pena de morte também é uma das consequências da crise sucessória que estava acontecendo, um dos únicos livros que apresenta esse argumento é o seu, em caráter de relato memorialista.

C.C. – Em consequência da crise sucessória?

A.S. – Isso.

C.C. – Quer dizer, da briga de generais?

A.S. – Não necessariamente da briga de generais, mas da movimentação na Vila Militar...

C.C. – Sim, é possível.

A.S. – ...as inquietações, mediante a aceitação das condições de [inaudível].

C.C. – Porque teve muito coronel e muito general... Teve um que depois ficou grande amigo meu até, que jogava tênis aqui, eu vim conhecer anos depois, até ele morrer, pai desse Torben Grael, que era o coronel Dickson [Melges Grael]. Ele até que me deu uma série de documentos aí para o final. E o Dickson, naquele momento em que os presos políticos foram mandados para o México – eu creio que ainda foi no sábado de manhã, ou na sexta-feira de tarde –, o Dickson juntou os... Ele era comandante de um regimento paraquedista, ele juntou os paraquedistas e disse: “Não vamos deixar esses terroristas serem mandados para lá! Vamos para o Galeão imediatamente tomar o avião e, se precisar, fuzilar todos”. Aí eles foram. Chegaram até o Galeão. Mas quando chegaram lá, a Junta Militar já tinha sabido disso e já tinha cercado o avião de fuzileiros navais, para brigar com os paraquedistas e para que... Mas quando os paraquedistas chegaram, o avião já tinha decolado para Recife, para pegar lá o Gregório Bezerra e outros. Então, graças a Deus, não houve tiroteio, não houve sangue ali. Mas o Dickson era um daqueles que eles... Se botasse demais a cabeça de fora, eles iam fuzilar. Esse e outros. Um da Marinha, o Melo Batista, também, que depois cassaram. É aquele negócio: era a casa-da-mãe-joana. Era uma zona completa. Ninguém mandava em nada. Eu me lembro de uma noite que... Eu morava no Rio e o meu apartamento era lá em Laranjeiras, e um sábado à noite, tinha uns amigos meus lá em casa, a gente tomando uísque e tudo, quando, já onze horas da noite, começa aquele

barulho de avião. E o Palácio Laranjeiras era ali perto. Eu falei: “Mas que coisa esquisita”. Aí, telefonei para lá... O Costa e Silva, doente há várias semanas já, ou dias, lá em cima. E liguei para o ajudante-de-ordens, que era o major Ariel, da Aeronáutica, e liguei e disse: “Ariel, está havendo alguma coisa aí? Estou vendo...”. Ele disse: “Vem para cá. Vem para cá. Corre aqui”. Aí eu peguei... Eu tinha um Volkswagen. Peguei meu carro e fui para lá. Cheguei lá e estava, no palácio, o maior zuê. E o chefe da segurança ainda disse: “Vamos recolher o armamento e botar o armamento...”. Quer dizer, pouco antes de eu chegar, eles estavam pensando que tropas do Exército, do Sizen Sarmento e de outros que estavam contra a Junta Militar, estavam se preparando para invadir o Palácio Laranjeiras para pegar o corpo do Costa e Silva doente e levar para um hospital, para tirar a Junta Militar de lá – porque ela despachava lá no palácio. Aí fiquei lá até de madrugada. O Portela dormindo lá, todo mundo dormindo lá em cama de campanha, e o coitado do Rondon, sem saber de nada. Aí eu ligo para o hotel do Rondon e digo: “Dr. Rondon, está havendo um troço aí. Eu estou aqui no palácio, parece que tentaram invadir o palácio”. Ele disse: “Ai, meu Deus do céu!”. Mas também não apareceu [risos]. Foram dias terríveis.

A.S. – Você cita uma informação do Dutra de Castilhos aqui...

C.C. – João Dutra de Castilhos, o comandante dos paraquedistas.

A.S. – Da Vila Militar.

C.C. – Esse era um ferrabrás total.

A.S. – [É uma informação] na qual ele pedia alguma solução. Já que a Junta Militar havia decidido atender algumas das...

C.C. – Reivindicações.

A.S. – ...reivindicações dos sequestradores, ele falou que algumas atitudes deveriam ser tomadas, como, por exemplo, o restabelecimento da pena de morte.

C.C. – É.

A.S. – É possível que essa decisão de restabelecer a pena de morte como uma consequência do sequestro tenha advindo dessa inquietação na Vila Militar?

C.C. – É possível, sim, para eles aplicarem a pena de morte entre eles mesmos e, é claro, para sacrificar também algum coitadinho de um idiota de um terrorista desses. É possível. Mas aí é difícil...

A.S. – É conjectura.

C.C. – É. A proposta foi feita pelo Gama e Silva.

A.S. – Foi do Gama e Silva, mesmo.

C.C. – Foi do Gama e Silva.

A.S. – Mudando agora de assunto, como a Lei de Imprensa influenciou...? De que forma ela influenciou na atividade dos jornalistas naquele período, quando da sua edição? Ela modificou muito a atividade dos...?

C.C. – A Lei de Imprensa, a nova Lei de Imprensa, que já está velhíssima, a Lei de Imprensa foi proposta pelo Castelo Branco, no final do governo dele, ao Congresso. Ele não baixou por ato institucional nem complementar; ele propôs ao Congresso. O Congresso cortou dois ou três... conseguiu cortar dois ou três artigos, mas aprovou a Lei de Imprensa. E a Lei de Imprensa, por incrível que pareça, é a que está em vigência até hoje. Não houve outra Lei de Imprensa. E a Lei de Imprensa começa falando de liberdade, livre expressão, etc., etc., mas chega lá embaixo e diz... Nesse artigo, eu fui processado duas vezes. Depois, é claro. E diz o seguinte: “Divulgar notícias tendenciosas, falsas ou verdadeiras, que indisponham a opinião pública contra as autoridades, pena de três anos de prisão”. É incrível, não é? “Notícia verdadeira que indisponha”. Depois tem outra que diz o seguinte: “O ministro da Justiça poderá, sem responder pelos seus atos”, quer dizer, sem responder a tribunal nenhum, “suspender do ar televisões e rádios e apreender jornais”. Isso está em vigor até hoje. É claro que não vale mais, porque a Constituição de 1988, que está acima da lei, proibiu isso tudo. Então, isso não pode ser. Se o Márcio Thomaz Bastos quiser suspender uma televisão, ele está ferrado, porque vale a Constituição sobre a Lei de Imprensa. Mas a Lei de Imprensa está aí até hoje. Já teve mil projetos de mudança e nenhum deles foi votado finalmente, sabe por quê? Porque a Constituição de 1988, no artigo 220, diz: “A lei ordinária estabelecerá mecanismos para a defesa da família e do cidadão contra os excessos do rádio e da televisão”. Quem é que vai botar a mão num vespeiro desses? Qual é o deputado que vai estabelecer penas contra as redes de televisão? Ele está ferrado. Ele nunca mais vai aparecer. Então, até hoje a Lei de Imprensa não foi votada. Eu dei aula disso muitos anos, inclusive todos os projetos que têm, a consolidação dos projetos. Tinha coisas muito boas até, nesses novos projetos: acaba com a pena de cadeia e estabelece a multa, a pena de serviços prestados; um artigo estabelece a pena moral... Essa jamais seria votada. A pena moral é o seguinte: um jornalista é... Porque tem jornalista bandido aí até dizer chega, não é? Um jornalista é condenado por calúnia, por exemplo, por ter chamado um ministro de ladrão. O jornalista é condenado, então, tem sua pena e tudo. Mas o veículo onde esse jornalista publicou isso também é corresponsável. É lógico. Eu sozinho, não adianta eu abrir a janela e gritar: “O ministro fulano de tal é ladrão”. Agora, se eu falar na televisão ou botar numa revista, a revista é a responsável. Então, a pena moral... E foi até sugerida pelo Saulo Ramos, esse jurista que foi ministro da Justiça do Sarney. A pena moral é o seguinte: além do jornalista ser condenado... A revista *Veja*, por exemplo, se ele fez aquela calúnia na *Veja*, a *Veja* será obrigada, durante um mês, a colocar na primeira página ou na página onde houve a calúnia: “Esta revista foi condenada por calúnia, por isso, isso e aquilo”. Vê se alguém dessa ditadura dos meios de comunicação vai aceitar um troço desses?! Não vai.

A.S. – Até porque os atos de censura eram independentemente do conteúdo da Lei de Imprensa.

C.C. – Independentemente. Eu fui processado pela Lei de Segurança Nacional concomitantemente com a Lei de Imprensa. Só que a Lei de Segurança Nacional tinha todos esses artigos da Lei de Imprensa nela: notícia falsa, tendenciosa ou verdadeira. Estava tudo na Lei de Segurança. E a Lei de Segurança era julgada por juízes militares, e não juízes civis, como é a Lei de Imprensa.

A.S. – Esse foi o IPM d’*O Estado de S. Paulo*, o de 1977?

C.C. – Foi... Olha, um foi o meu livro; outro foi a invasão da Universidade de Brasília...

A.S. – Foi o de 1977.

C.C. – Foi esse de 1977. Então, no meio desses teve um outro. No meio desses teve um de um médico que foi torturado e preso e jogado no cerrado e o *Estadão*.... Eu estava aqui na sucursal. E nós publicamos: “O médico fulano de tal desapareceu e, daí a dois dias, apareceu todo quebrado no cerrado, e ele conta que foram elementos desconhecidos que fizeram isso com ele”. E ele pertenceu ao PC do B, ou um troço assim. Aí eu fui processado porque... Eles eram uns burros, não é? Eu não falei que eram eles; eram “elementos desconhecidos”. Mas mesmo assim me processaram. E o terceiro foi do Frota, a invasão da Universidade de Brasília.

A.S. – De que poderia surgir um foco de febre amarela. [riso]

C.C. – Esse foi gozadíssimo. Era o seguinte: censura total à imprensa. Total. No tempo do Médici, hein. No tempo do Médici não; no tempo do Geisel. O Médici já tinha feito horrores. Aí invadiram a universidade. E como diretor aqui da sucursal, as minhas instruções eram as seguintes: “Escreve tudo que acontecer, faz tudo. Não faz conta da censura”. Porque a censura era lá em São Paulo; não era aqui. Então nós mandávamos pelo telex, naquela época, tudo que acontecia. E eu estava de manhã... Eu ainda não era professor lá. Porque eu fui professor a partir de 1978, e era 1977. Teve a invasão, telefonam para lá às nove horas da manhã: “Estamos sendo invadidos e não sei o quê”. Eu olhei na redação, tinha duas meninas, repórteres, e um fotógrafo. Eu digo: “Vão para lá correndo porque a universidade está invadida”. E foram para lá e fizeram a cobertura toda, fotografias e tudo. Então, mandamos para São Paulo, de tarde, uma página inteira daqueles horrores. Só que chegou lá e o censor disse: “Não, não sai nada. Está proibido”. “Está bom. Está proibido, tem radiopatrulha na porta...”. Mas uma dessas meninas, a Carmem, a Carminha, ela chega depois, às seis horas da tarde, e diz: “Ih, professor”, ela era minha aluna, “na minha matéria, esqueci de botar uma nota, uma informação de que a Polícia Militar, quando invadiu, quebrou os laboratórios da Biofísica, ou Bioquímica, ou um troço assim, lá da Medicina, e quebrou um bujão que estava cheio de mosquito de febre amarela”. Eu disse: “É, minha filha, isso é grave. Redige aí uma notinha de cinco linhas e manda para São Paulo”. Pois bem, o censor, que já tinha censurado a página inteira, não viu aquela notinha, que ia entrar em outra página qualquer. Não viu e aquilo saiu. Aquilo saiu... O *Estadão* vendia aqui o quê? Mil e quinhentos exemplares. Em Brasília, imagina! Não vendia nada. Ninguém tomava conhecimento. Mas naquela tarde mesmo que saiu aquela notinha, me liga o [José Carlos de Almeida] Azevedo, que era o reitor, um capitão-de-mar-e-guerra, reitor da UnB. Eu não era professor ainda, mas conhecia ele. Ele disse: “Carlos Chagas, você tem aí a Enciclopédia Barsa?”. Eu digo: “Tenho. Por coincidência, tenho”. “Abre aí na página tal”. Eu abri e estava lá, em um verbete, que o mosquito de febre amarela não sobrevive a mais de 500 metros de altitude, ele morre sufocado. Então, diz o Azevedo: “Vocês estão dizendo que tinha mosquito de febre amarela solto aí em Brasília, nessa notinha, mas não tem, porque o mosquito...”. Eu digo: “Azevedo, você tem razão. Vou me retratar. Vou fazer a retratação”. E eu mesmo escrevi uma notinha de cinco linhas para sair na mesma página, no mesmo local: “A propósito da notícia de ontem, temos a esclarecer que não havia mosquito de febre amarela, porque o mosquito não sobrevive a mais de 500 metros, e Brasília tem mil metros”. Saiu aquilo publicado. A Lei de Imprensa diz: “Quando há retratação, não há ação penal”. Mas daí a uns três dias chega um sargento fardado lá na minha sala e diz: “Dr. Carlos Chagas, que prazer. Quero convidá-lo para ir depor como testemunha em um IPM que foi aberto lá”. Eu digo: “De que é o IPM?”. “Ah, isso eu não posso dizer”, porque era proibido dizer. Eu digo: “Está bom. Que horas? Eu posso ir agora”. Ele disse: “Não, não. É melhor o senhor ir às onze e meia da noite, porque está marcado aqui”. Faziam de sacanagem, para intimidar. E lá fui eu lá para o quartel, lá na... Eles chamam

até hoje de Forte Apache. É lá no setor militar. Fui lá onze e meia da noite, tinha lá um coronel todo simpático, laranjada, cafezinho e tudo. “Então, eu pedi, no meu convite ao senhor, que trouxesse aqui o autor dessa reportagem”. Aí eu disse: “Não, coronel, o senhor me desculpe, mas a nota não está assinada, o responsável sou eu”. “Ah, pois não. Mas como é que é isso?”. Aí ele fala nos mosquitos de febre amarela e eu digo... Isso foi uma besteira que eu fiz. Eu digo: “Mas, coronel, não me consta... O *Estadão* vende 1.500 exemplares aqui em Brasília, uma cidade de 900 mil habitantes. Não me consta que tenha multidões correndo pela W3 dizendo ‘o mosquito de febre amarela está me pegando’” Eu fiz uma gozação. Ele disse: “Está bom. Tudo bem. Até logo. Boa noite”. No dia seguinte, aparece o mesmo sargento, mas aí já sem aquela gentileza. Ele já chega e diz: “Olha aqui, elemento...”. Não, não falou elemento. Ele disse: “Olha aqui você está convocado agora, obrigado a ir, também às onze meia, esta noite. O coronel... Agora você não...”. Ele [antes] me chamava de senhor. “Você não é mais convidado, não é mais testemunha; você é indiciado.” Fui eu lá, indiciado. Aí o coronel já não me deu laranjada nem cafezinho. “Você sente-se aí.” E eu fiz o mesmo depoimento: “Não quero. Não trago. Não digo quem é o responsável. O responsável sou eu”. Aí o cara, já duas da madrugada, manda me fotografar de frente e de perfil, eu “toco piano”. Mas constrangimento físico, nenhum, nenhum. Saí de lá tendo... obrigado a deixar o passaporte no dia seguinte lá para eles e tudo. E aí foi o último processo pela Lei de Segurança, que o Geisel comia de raiva, rasgava de raiva.

A.S. – Foi arquivado?

C.C. – Foi. Foi arquivado. Mas por quê? Porque o Silvio Frota queria criar problemas para o Geisel, e criar problema era sacanear os jornalistas e...

A.S. – Isso foi em 1977, não é?

C.C. – Em 1977.

A.S. – Em 1978, a Emenda Constitucional nº 11 vai acabar com os poderes dos atos institucionais. Tanto que a pena de morte também...

C.C. – Também desaparece.

A.S. – ...desaparece, por força dessa emenda constitucional.

C.C. – A Lei de Segurança Nacional é reformulada.

A.S. – Exatamente.

C.C. – O Geisel abre mão do AI-5 a partir de dezembro, até março, quando ele passaria o poder para o Figueiredo. Aí ele fica sem o AI-5. Mas botou mil... Como é que se chamava, gente? Sai o AI-5 e entram as salvaguardas. E botou na Constituição tudo aquilo que podia fazer, menos a pena de morte e outras coisas assim.

A.S. – Pena de morte e prisão perpétua. Tanto que ele edita uma nova Lei de Segurança Nacional que mantém o julgamento dos crimes militares [contra a segurança nacional] pela Justiça Militar, no foro militar.

C.C. – É. E depois acaba sumindo a Lei de Segurança. Agora, Angela, vamos também não ser radicais: nós vivemos aquele período e tudo, mas os governos militares... Foram governos execráveis sob o aspecto dos direitos humanos, da censura e tudo, mas foram governos que preservaram a soberania nacional. Você acha que algum governo deles iria privatizar o subsolo, iria privatizar as telecomunicações? Não, pelo contrário, as telecomunicações deram um salto adiante graças à ditadura. Olha a ironia da história: foi a ditadura que fez isso. Como, nos anos 30, olha a ironia, foi a ditadura que criou direitos sociais. Não tinha salário mínimo, não tinha a jornada de oito horas, não tinha aposentadoria, não tinha férias remuneradas. Não tinha nada. E foi a ditadura do Getúlio que disse: “Vai ter isso aí”. É só uma pergunta para deixar a gente com a cabeça ruim: você acha que se tivesse Congresso, o Congresso aprovaria aquilo? Não sou favorável à ditadura nenhuma, não. Não vamos... [riso] Só para os meus netos. Para o meu período de vida, não.

A.S. – Foi só realmente para se refletir.

C.C. – Mas é para refletir, não é? E os militares, também, fizeram alguma coisa: asseguraram a soberania nacional, denunciaram o acordo militar com os Estados Unidos, apesar de tudo. E aí? O mundo não está dividido entre mocinhos e bandidos. Todo mundo tem um pouco de bandido e um pouco de mocinho.

A.S. – Você cobriu algum processo vultoso, como o do Lula, por exemplo, na Justiça Militar?

C.C. – Como jornalista?

A.S. – Sim.

C.C. – Não. Porque era tudo lá em São Paulo.

A.S. – Não chegou a cobrir.

C.C. – Não.

A.S. – Mas o *Estadão*, aqui, ele retratava, não é? Ele chegava a noticiar.

C.C. – Ah, noticiava tudo. O *Estadão*, minha filha, é o melhor lugar do mundo... Eu trabalhei 18 anos. Fui diretor do *Estadão* 18 anos aqui. É o melhor lugar do mundo para você trabalhar quando tem ditadura: te dá todo o apoio. Cansava de mandar advogado aqui para me defender e tudo, e dizendo: “Escreva tudo que você tem que escrever e não retroage”. Mas depois, quando volta à democracia, o *Estadão* fica apenas reacionário, fica apenas um jornal que... Tudo é o capital. Aí eu briguei lá e saí, fui para a *Manchete*.

A.S. – E as suas reportagens n’*O Globo*, que depois o Emiliano Castor vai contra-argumentar?

C.C. – Está aí. Foi uma das causas da minha saída d’*O Globo*, também. Eu fiz aquelas reportagens, *O Globo* bancou, publicou todas, e o *Estadão* também publicou, mas aí a pressão em cima do Roberto Marinho foi demasiada. E ele era um capitalista. Começaram a proibir o iate dele, um iate que era um navio, de sair da baía de Guanabara. “Não pode!” Porque achavam que *O Globo* estava contra eles – contra o Médici, não é? –, por conta dessas reportagens. Então, *O Globo* fez um papelão: chamou um outro jornalista, ligado aos militares... Os militares já estavam por aqui comigo, queriam me rasgar o pescoço.

A.S. – Por causa daquele [inaudível]?

C.C. – É. Aí um coronel chamado coronel Paes pegou as minhas reportagens e resolveu contraditar. E eu não acho ruim, não. Você não é dono da verdade. Resolveu contraditar, mas dando a esse jornalista, o Emiliano Castor, a assinatura. Então você vê que, no final do livro, eu ponho a reportagem dele toda, mas também rebato a reportagem deles. E democracia é isso. Ainda agora eu estou enfrentando um problema terrível, porque... Eu escrevo muito... Há quase 50 anos, eu escrevo muito com metáforas. Uma vez por mês, eu ponho um artigo dizendo que o Sherlock Holmes chegou ao Brasil e foi ao Palácio do Planalto investigar o José Dirceu. Então, o que acontece? Eu escrevo muito de brincadeira, de metáfora e tudo, e ninguém... Nem a família do Conan Doyle jamais me processou por eu ter trazido o Sherlock Holmes para o Brasil agora, nem o José Dirceu, também. O Sherlock Holmes ia investigar o José Dirceu. Já falo no... Já fiz mil artigos, o Padre Eterno descendo à Terra, o dr. Ulisses, o Tancredo... Tudo isso. Outro dia, logo depois que saiu aquela... uma notícia de que esse nome de chuveiro, o Lorenzetti, era dono... era fundador de uma ONG, uma ONG fajuta, e que a ONG tinha ganhado 18 milhões [de reais] do governo Lula... Não sei se você viu isso nos jornais. Saiu isso. Aí eu digo: “Está na hora de fazer uma outra metáfora”. Aí escrevi um artigo dizendo que havia sido criada, em Brasília, a Sociedade dos Amigos de Plutão. Porque Plutão, naquela semana, tinha sido desclassificado de planeta para asteroide.

A.S. – Eu recebi por *e-mail* essa reportagem.

C.C. – Eu tenho pilhas de *e-mails* me esculhambando e tudo. Eu criei aquilo, fictício, falso, e dizendo que a Sociedade dos Amigos de Plutão tinha a sua sede na Esplanada dos Ministérios e que já tinha recebido não sei quantos milhões e tudo. Tudo de sacanagem. Eu sempre fiz isso. Mas agora, como é época eleitoral, as paixões estão acesas, o pessoal do Geraldo Alckmin pegou aquilo e começou a distribuir como se fosse verdade, e o pessoal do Lula, como se fosse mentira. Eu cheguei a escrever um outro artigo dizendo: “Gente, isso é metáfora, isso é ficção. Se precisar, eu me retrato agora. Não é verdade isso. É apenas uma ficção”. Mas mesmo assim, eu estou com montes de *e-mails*. Uns me esculhambando: “Tem que dar o nome... a página do *Diário Oficial* que publicou a sociedade e tudo”. Agora, eu achei engraçado porque, há um mês atrás, o comitê do Alckmin entrou com uma representação contra mim na Justiça Eleitoral porque eu tinha chamado a estratégia do Alckmin de burra, de um atentado contra a inteligência nacional, de ficar só batendo no Lula, em vez de dizer o que ele quer quando for presidente. Bateu aqui no Superior Tribunal Eleitoral, teve processo, o relator me absolveu e o plenário também me absolveu. Ótimo. Agora vem o pessoal do Lula e quer me processar pela Sociedade dos Amigos de Plutão. Então eu acho que estou no lugar certo: não estou nem lá nem cá.

A.S. – Nem lá nem cá.

C.C. – E vou votar em branco.

A.S. – Que jeito?

C.C. – Que jeito?

A.S. – Bom, eu acho que...

C.C. – Deu para o gasto?

A.S. – Me ajudou bastante. Me ajudou muito.

C.C. – Dessas duas horas de conversa, você vai usar dois minutos. Mas tudo bem, o que você quiser...

A.S. – Não, mas é muito bom, porque esses bastidores da atuação da Junta Militar são muito... Não são mal contados. Na verdade, eles não são contados.

C.C. – Já foi. Tudo que eu pude, eu contei. [Inaudível]. Eu já fiz outros livros, também.

A.S. – O jogo das estrelas, não é? *A guerra das estrelas*.

C.C. – *A guerra das estrelas*. E tem muito mais detalhes.

A.S. – Tem. Mas sobre as várias sucessões presidenciais.

C.C. – É, sobre as várias sucessões militares.

A.S. – Mas é um período que não... A historiografia que trata sobre a ditadura militar não privilegia muito aqueles poucos meses de...

C.C. – Não privilegia isso. Eu fiz um outro livro, dois volumes, a história do Brasil contada pela imprensa, desde o D. João VI. Chama *O Brasil sem retoque*. Saiu por aí. Eu não tenho para te dar, não, porque sumiu. Mas vendeu bem e está por aí. Está nas livrarias. Está nas bibliotecas, também.

A.S. – Mas apesar da censura nesse período, muitos articulistas conseguiam ainda tecer seus comentários. O Carlos Castelo Branco, também.

C.C. – Conseguia. Mil vezes a gente conseguia. Eu vou te contar só uma última história. O Médici foi o pior governo de todos, sob o aspecto da censura, e quando já estava escolhido o Geisel... Nós tínhamos amigos junto ao pessoal do Geisel, inclusive o Armando Falcão, que foi ser ministro da Justiça.³¹ Ele conhecia os jornalistas todos. E o Falcão dizia: “Calma. Calma. Com a gente, a censura vai acabar. Não vai ter censura. O Geisel é outro”. Está bom. Então, no dia da mudança de governo do Médici para o Geisel, eu, que não entendo nada de economia, fui na UnB incomodar amigos meus do Departamento de Economia para tentarem me demonstrar, ou eu querendo que fosse demonstrado, que o “milagre brasileiro” era uma farsa, era mentira. Como era. Não houve “milagre brasileiro”. Eles diziam que a inflação estava em 12% e já estava em 30 e tantos. E assim aqueles números... Exatamente igual aos números do Lula: é tudo mentira. Cadê os 7 milhões de empregos? Não existem. Mas, enfim, quando falaram que ia acabar a censura, eu fui lá e fiz um artigo de uma... Já tinha tido 300 artigos censurados, artigo político, mas fiz um artigo econômico de uma página inteira mostrando a falsidade do “milagre brasileiro”. Bom, o artigo foi para São Paulo. Quando chega de madrugada, o secretário de redação me liga, gozando: “Como é? Você não disse que a censura ia acabar?”. “Eu disse que ia. O Falcão falou e outros falaram.” “Pois é, o censor continua aqui e vetou o seu artigo inteiro.” Está bom. Fui de manhã lá para o jornal... Eu disse: “Agora fiquei chateado. Porque artigo político, pode censurar que eu escrevo outro na hora. Mas artigo econômico? Já amolei

³¹ Deputado federal entre 1961-1967 e 1968; ministro da Justiça entre 1974-1979.

amigos meus”. Aí botei o artigo do lado – naquele tempo era máquina de escrever – e fiz um outro artigo do mesmo tamanho, só que dizendo o seguinte, que na Baldônia Interior – se procurar no mapa, você não vai achar – tinha havido uma sucessão baldônica e um general baldônico passou o poder para outro general baldônico, e que estava contestando o milagre baldônico, cujos números eram tais, tais e tais, todos aqueles. Mande o artigo para São Paulo. No dia seguinte, o artigo saiu. Foi uma gozação terrível, foi ótimo, e o censor foi demitido. Achei ótimo também.

A.S. – Porque deixou passar.

C.C. – Porque deixou passar. E deixou passar comentando assim: “Até que enfim esse Carlos Chagas resolveu escrever sobre política externa. Pode publicar, é política externa”.

A.S. – E a Associação Brasileira de Imprensa [ABI], como que ela se comporta ao longo desses governos militares?

C.C. – Ao longo, muito bem.

A.S. – Muito bem?

C.C. – Tivemos o dr. Prudente de Moraes Neto; tivemos o dr. Barbosa [Lima Sobrinho], anos a fio o presidente; tivemos o Pompeu de Souza. O dr. Barbosa me fez o representante da ABI aqui em Brasília. Fiquei anos e anos aqui. Por conta disso, fiz parte do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, pela ABI, e do Conselho de Comunicação Social – agora trocou lá, mas fiquei lá dois anos, também. A ABI se comportou maravilhosamente bem, sempre dando... Agora, há coisa de um ano atrás, teve sucessão lá, eleição, e ganhou a chapa contrária à que eu estava, aí eu pedi... “Peço que nomeiem outro representante em Brasília, já que eu fui da outra chapa.” E também estava de saco cheio daquilo, de ter que ir a tudo quanto é reunião e tudo. Até hoje eles não nomearam. Mas qualquer dia nomeiam.

A.S. – Então está bom. Agradeço muitíssimo.

C.C. – Muito bom.

[FINAL DO DEPOIMENTO]